



UNILAB

Universidade da Integração Internacional
da Lusofonia Afro-Brasileira

**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO-BRASILEIRA**

INSTITUTO DE HUMANIDADES (IH)

MARIA RITA DA SILVA

**MULHERES E ARTES MARCIAIS: UMA REVISÃO LITERÁRIA SOBRE AS
TRAJETÓRIAS DE LUTADORAS MARCIAIS.**

ACARAPE-CE

2021

MARIA RITA DA SILVA

**MULHERES E ARTES MARCIAIS: UMA REVISÃO LITERÁRIA SOBRE AS
TRAJETÓRIAS DE LUTADORAS MARCIAIS.**

Projeto de pesquisa apresentado como requisito para aprovação na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso III no curso de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo César Carvalho Nascimento.

ACARAPE- CE

2021

SUMÁRIO

1. TEMA.....	4
1.1 DELIMITAÇÃO DO TEMA	
2. FORMULAÇÃO DO PROBLEMA.....	5
3. JUSTIFICATIVA.....	8
4. OBJETIVOS.....	10
4.1 OBJETIVO GERAL	
4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	
5. REVISÃO TEÓRICA.....	11
6. METODOLOGIA.....	16
6.1 TÉCNICA DE PESQUISA	
7. CRONOGRAMA.....	18
8. REFERÊNCIAS.....	19

1. TEMA

Gênero e artes marciais: a inserção e permanência de mulheres nos esportes de combate.

1.1 DELIMITAÇÃO DO TEMA

Mulheres e artes marciais: uma análise de produções acadêmicas acerca de como a trajetória das mulheres são retratadas na literatura, no campo das artes marciais.

2. FORMULAÇÃO DO PROBLEMA

Os debates envolvendo questões sobre as relações de gênero estão ganhando cada vez mais destaque no meio acadêmico e midiático. Contando com a grande contribuição das primeiras pesquisas realizadas pelos teóricos/as feministas, com o propósito de evidenciar as desigualdades entre os sexos masculino e feminino (SCOTT, 1995), os estudos nessa área, atualmente, contam com uma vasta bibliografia. Porém, faz-se necessário salientar que as principais produções em foco ainda estão, no entanto, voltadas para as sociedades hegemônicas ocidentais. E que essas teorias, no que tange a problemática envolvendo as discussões de gênero, não devem ser colocadas como universais, visto que nem todas as sociedades são construídas de forma generificada, tendo o corpo como ponto principal de diferenciação, apesar de terem sido impostas a esses conceitos ocidentais com a colonização (OYĚWŪMÍ, 2021) como é o caso de algumas sociedades em África.

Com a onda dos estudos feministas, as diferenças e desigualdades entre os sexos passaram a ser discutidas com maior frequência e vigor. Apesar de homens e mulheres construírem e participarem ativamente das dinâmicas sociais ao longo da história da humanidade, apenas os homens ganharam destaque nos documentos que registraram esses feitos históricos. As mulheres, por outro lado, apareciam como personagens secundários. Desse modo, os estudos acerca da história dos homens eram, pois, separados dos estudos sobre a história das mulheres.

Com isso, o protagonismo masculino faz-se um mecanismo de dominação, opressão e desigualdades entre homens e mulheres, que conta com o suporte de diversas justificativas sistematizadas para torna-se algo naturalizado no meio social. Em sua potente análise sobre a dominação masculina, o sociólogo francês Pierre Bourdieu faz a seguinte colocação a respeito da divisão entre os sexos:

A divisão entre os sexos parece estar "na ordem das coisas", como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável: ela está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivo das coisas (na casa, por exemplo, cujas partes são todas "sexuadas"), em todo o mundo social e, em estado incorporado, nos corpos e nos *habitus* dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepções, de pensamento e de ação (BOURDIEU, 2010, p. 17).

Além disso, ao falar sobre o corpo, Bourdieu aponta a diferença biológica como uma das principais justificativas para a naturalização dessa diferença social (*idem*, p. 20).

A religião, assim como a diferença biológica, também é um campo que lançou mitos e justificativas a respeito da dominação masculina. A escritora moçambicana Paulina Chiziane coloca que:

Os problemas das mulheres surgiram desde o princípio da vida, de acordo com as diversas mitologias sobre a criação do mundo. Na mitologia bantu, depois da criação do homem e da mulher, não houve maldição nem pecado original. Mas foi o homem que surgiu primeiro, ganhando desde modo, uma posição hierarquicamente superior, que lhe permite ser governador dos destinos da mulher. Isso significa que a difícil situação da mulher foi criada por Deus e aceita pelos homens no princípio do mundo. As diversas mitologias não são mais do que ideologias ditadas pelo poder sob a máscara divina (CHIZIANE, 2013, p. 199).

Desse modo, as construções de gênero são construções sociais e políticas moldadas com base em mitos, onde os papéis socialmente construídos e atribuídos aos homens e as mulheres, mesmo antes do nascimento, se fazem presentes em suas ações, escolhas e interesses. Ao passo em que os homens “devem” assumir um caráter viril, competitivo e se tornarem grandes líderes, às mulheres é destinado os cuidados do lar, das crianças, o dever de serem doces e amáveis, demonstradoras de carinhos e afetos. Mediante a isto, os homens se tornam aqueles que dominam as mulheres tanto em espaços privados como em espaços públicos e, conseqüentemente, todo esse sistema de dominação “atribui aos homens privilégios materiais, culturais e simbólicos” (WELZER-LANG, 2001, p. 461).

As formas simbólicas, definidas por Bourdieu como “estruturas estruturadas e estruturantes”, são formas de poder pelas quais os grupos dominantes exercem sua dominação sob os grupos dominados (BOURDIEU, 1989). Em vista disso, o poder exercido por esses grupos está presente nas estruturas sociais, na produção e legitimação do conhecimento, na criação e execução das leis, na cultura e suas produções, na política, na economia e etc. Esses grupos são, na sua maioria, formadas por homens brancos, heterossexuais e de classe média. A dominação masculina, atrelada ao machismo, está constantemente criando regras e normas que oprimem e recusam as subjetividades das mulheres.

No campo esportivo, mais especificamente nos esportes de combate, à qual este trabalho está direcionado, essa dominação também se faz presente. No Brasil, o Conselho Nacional de Desporto (CND) do ano de 1941 criou o decreto-lei nº 3.199, presente no artigo nº 54, que impedia mulheres de praticarem esportes que não fossem compatíveis com a natureza de seus corpos (Brasil, 1941). À vista disso, é notório o

controle que o Estado tem sob o corpo, de modo geral. Através de leis estatais e regras sociais, são criadas normas e padrões comportamentais nos quais os indivíduos devem se adequar. E essas normas e padrões são introduzidas desde a infância, por meio das escolas, das mídias, nas produções de filmes e desenhos animados, e, principalmente, no convívio e nas dinâmicas familiares e sociais. E desse modo, essas dinâmicas de dominação e desigualdades vão se tornando naturais, visto que os indivíduos crescem em meio a tais estruturas.

Por tanto, é a partir das discussões relacionadas acima, que a problemática do presente trabalho é construída, tendo em vista as dinâmicas entre os diferentes temas e áreas nas quais as relações de gênero podem ser pautadas e analisadas, como é o caso dos esportes de combate e artes marciais.

3. JUSTIFICATIVA

Há diferentes teorias a respeito de como as artes marciais, como o judô, karatê-dô, kung-fu, jiu-jitsu etc. e as que antecederam a estas, surgiram, qual com finalidade, em qual momento histórico e espaço sociogeográfico. Entre as principais teorias, está a que retrata as primeiras práticas marciais como um meio de aprimoramento de seus praticantes enquanto samurais guerreiros e, seguindo essa linha teórica, temos a perspectiva das artes marciais enquanto elemento espiritual e sagrado (SEVERINO, 2010), onde os monges buscavam, por meio das práticas marciais, o auto aperfeiçoamento e a união do corpo e da mente (GUIMARÃES & GUIMARÃES, 2002, p. 19), sendo assim, essas práticas foram reconhecidas como uma filosofia oriental.

Há também a perspectiva de pesquisadores/as que colocam em destaque o surgimento das artes marciais enquanto ferramenta de autodefesa, onde grupos de indivíduos socialmente marginalizados, passaram a desenvolver técnicas de combate corpo a corpo como mecanismo de defesa contra violências vividas (DORLIN, 2020). Em seu livro, *"Autodefesa: uma filosofia da violência"*, Elsa Dorlin faz um apanhado histórico, social e cultural sobre a autodefesa, suas características, formas e objetivos, e como inúmeras práticas marciais foram utilizadas e adaptadas com a finalidade de autodefesa. É importante salientar, no entanto, que ambas as teorias, citadas acima, estão interligadas e relacionadas.

Apesar do aumento considerável de produções que abordam as vivências e trajetórias de mulheres em diferentes âmbitos sociais, decorrente das pesquisas feministas, o número de produções voltadas para as experiências de mulheres praticantes de artes marciais ainda é muito reduzido. Ainda não contamos com uma vasta literatura a respeito do tema ou que dê ênfase, de fato, em como as lutadoras vivenciam e praticam os esportes de combate. A trajetória de mulheres nas artes marciais é um tema pouco explorado. Assim como na construção da narrativa da história das mulheres ao longo da civilização, a história das mulheres no esporte e, principalmente nas artes marciais, não é contada com tanto enfoque, como é o caso dos percursos traçados pelos homens. E, consequentemente, isso acaba limitando essa área de estudo para um contexto único, com a predominância masculina nas narrativas.

Esse processo de apagamento tem, portanto, uma relação direta com as dinâmicas de poder entre os sexos. Onde o determinismo biológico passa a ser utilizado como algo que define o que pode ou não ser feito por homens e mulheres. Dessa forma,

os corpos são moldados e monitorados para seguirem um padrão social, seguindo os papéis atribuídos aos gêneros. As roupas, os produtos de beleza, as produções literárias e midiáticas, assim como objetos e acessórios são pensados e desenvolvidos para serem "de homem" ou/e "de mulher".

Como colocado por Miriam Adelman, o esporte e as práticas corporais são cenários que provocam o desafio aos limites e, com isso, se tornam também cenários de conflitos desses limites impostos, principalmente, às mulheres (ADELMAN, 2006, p. 13). Desse modo, as lutas, que é um espaço historicamente masculinizado, podem ser utilizadas como exemplo mais específico de modalidades esportivas que são historicamente e culturalmente destinadas aos homens. Com isso, as lutadoras são tidas como “masculinas” e tentam, de alguma forma, expressarem seu lado mais feminino dentro e fora dos espaços marciais. Isso quando não estão, a todo custo, tentando provar o quão capazes são de lutarem tal qual, ou até melhor, que os seus companheiros de treinos, o que ocorre com bastante frequência nas academias de lutas.

Com isso, o presente trabalho se mostra relevante pois, buscando analisar as produções já existentes na área das pesquisas feministas sobre mulheres lutadoras, proporciona novas perspectivas acerca do tema, além de lembrar da importância de pesquisadoras e pesquisadores das temáticas de gênero ampliarem os campos de pesquisa, problematizando outras áreas sociais. Isso impulsiona novas pesquisas e produções com essa pauta, não só com novas análises sobre o que já foi escrito até então, mas também com novos questionamentos, que surgem à medida que pesquisadores se debruçam cada vez mais sob este campo, que não se mostra estático, e sim em constante movimento.

4. OBJETIVOS

4.1 OBJETIVO GERAL

Investigar a profundidade das produções e discussões a respeito de mulheres praticantes de artes marciais.

4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Analisar as produções literárias que tratam a respeito de mulheres lutadoras.
- Compreender as relações das mulheres com as artes marciais.
- Discutir sobre as vivências e trajetórias das lutadoras no campo esportivo.
- Identificar as problemáticas de gênero presentes nas práticas de artes marciais e esportes de combate.

5. REVISÃO TEÓRICA

Wacquant (2002), ao descrever o espaço de treinamento (*gym*) do boxe, o caracterizou como “um espaço *eminentemente masculino*” e “no interior do qual a intromissão do gênero feminino é tolerada somente à proporção que ela permanece incidental: o boxe é para os homens, sobre os homens, ele é os homens” (WACQUANT, 2002, p. 69). Apesar do autor estar se referindo especificamente ao boxe, as academias de lutas, de modo geral, transmitiram (e ainda transmitem) essa mesma percepção. Por terem um público majoritariamente masculino, a figura feminina, quando presente nesses locais de treinamento, era associada ao status de namorada ou esposa dos lutadores, ou até mesmo de zeladoras desses locais. Nesses ambientes, a demonstração de virilidade, força e resistência à dor se tornam requisitos primordiais para a permanência de seus praticantes, e como as mulheres eram vistas como fisicamente mais fracas que os homens, logo elas não eram aceitas nesses espaços como possíveis praticantes.

O corpo, marcado pelas construções culturais, sociais, biológicas, políticas etc. de gênero, é educado para transmitir certos comportamentos, apresentando características visíveis que tornem possível a identificação da identidade (sexual, de gênero, cultural, racial etc.) dos sujeitos (LOURO, 2000). Essa(s) identidade(s), por sua vez, também é uma construção que, seguindo uma matriz semelhante aos elementos constituintes do gênero, está em constante transformação, como discutido por Hall (2006). E as transformações da identidade, seguindo a perspectiva de Hall, tem ligação com as movimentações e transformações do meio social e com os interesses dos indivíduos à medida em que vão construindo relações com outros indivíduos.

Com todos esses processos de alterações, as relações desiguais entre os sexos vão se modificando e, com isso, as estruturas sociais passam a refletir tais mudanças. As mulheres, que antes eram colocadas em segundo plano, começam a ocupar espaços antes destinados apenas para o sexo masculino, como a área da educação, das ciências, da política, da economia, ou seja, da esfera pública. A partir disso, podemos visualizar então, um pequeno vislumbre de uma possível igualdade de gênero. O progresso do protagonismo feminino está apenas no começo, por isso é necessário que estejamos atentos e atentas ao fato de que, apesar de estarmos dando passos importantes, válidos e significativos em direção a sociedade onde as desigualdades de gênero não existam mais, ainda há muito pelo que lutar e conquistar, tendo em vista décadas de protagonismo e dominação masculina naturalizadas.

Ao dar início a busca pela bibliografia na qual este trabalho se baseará, foi perceptível a escassez de produções literárias voltadas para a temática escolhida. As produções aqui reunidas são bastante recentes, e suas/seus pesquisadoras/es, por mais que incluam um caráter social e histórico em suas pesquisas, elas foram produzidas

para a área da Educação Física e do esporte, o que pode ocultar pontos importantes para uma discussão mais sociológica sobre o tema. É necessário informar que, visando uma aproximação maior entre o tema em questão e a sociedade em que vivemos, todas as obras a serem analisadas são produções brasileiras.

No artigo “*Mulheres podem praticar lutas? Um estudo sobre as representações sociais de lutadoras universitárias*”, os pesquisadores Marcos Antônio de Carvalho Ferretti e Jorge Dorfman Knijnik, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), apresentam resultados de entrevistas realizadas com sete lutadoras universitárias. Por meio dessas entrevistas e dos estudos realizados, discorrem sobre o esporte como um fenômeno histórico pelo qual os conflitos e as possibilidades das sociedades se expressam (FERRETTI, KNIJNIK, 2007, p. 59). Os autores citam os Jogos Olímpicos da Antiguidade como exemplo de exclusão feminina no campo esportivo. Nesse período, mulheres não tinham permissão sequer para assistir às competições esportivas, a não ser jovens solteiras que estivessem em busca de um marido. Outra colocação presente no trabalho de Ferretti e Knijnik diz respeito ao ensino escolar, onde as primeiras interações sociais, fora da esfera familiar ocorrem. As crianças recebem uma educação com base nos padrões de gênero, onde meninas brincam com bonecas e com brinquedos com formas de utensílios domésticos, e os meninos brincam com carrinhos, motos e armas de brinquedo e jogam bola. As lutadoras que participaram da entrevista relatam que, quando crianças, fugiam desses padrões, pois brincavam tanto com “brinquedos de meninas” como também participavam de brincadeiras “de meninos”, e que já sofriam certos preconceitos por isso. As entrevistadas também relataram que, por conta da pressão social para que seguissem o padrão feminino, elas chegaram a parar de praticar esportes durante a adolescência, e que os preconceitos direcionados a elas não vem apenas do público masculino, mas também do feminino.

Em “*Lutadora, pesquisadora: lugares, deslocamentos e desafios em uma prática investigativa*”, realizado por Fabiana Cristina Turelli e Alexandre Fernandez Vaz, traz as percepções de uma etnografia realizada em 2008 por Turelli, que é faixa preta de karatê, onde a lutadora se coloca no lugar de pesquisadora e analisa as interações que corriam no dojô (local de treinamento de artes marciais japonesas, geralmente caracterizado como uma sala composta por tatame e equipamentos de luta, que é simbolicamente respeitado por seus/suas praticantes como sendo um espaço sagrado) em que frequentava, em Florianópolis, Santa Catarina. Sendo a única mulher praticante do dojô, a carateca relata sobre primeira vez que chegou ao local, e como os caras que faziam parte do dojô a analisavam e a observavam durante os treinos, para verificar se realmente se tratava de uma mulher faixa preta. A pesquisadora fala que, com o tempo, seus companheiros de treino passaram a respeitá-la, mas que ao se colocar como pesquisadora e não trajar o kimono (uniforme de treinamento) durante o período da etnografia, o comportamento deles mudaram. Por mais que ela sempre tivesse notado comportamentos machistas e sexistas vindos dos colegas durante os treinos, ao

observá-los de “longe”, ela pôde notar que tais comportamentos se tornaram mais exacerbados. E esses comportamentos não vieram apenas dos praticantes, mas também por parte do sensei (professor). Tanto alunos como professor pareciam estar exibindo sua virilidade e masculinidade hegemônica em uma vitrine.

As academias de artes marciais são locais onde os comportamentos são produzidos e, principalmente, reproduzidos. Há uma comportamentos tidos como ideais e exemplares, que devem ser seguidos. Os mestres e praticantes mais antigos são espelhos para os mais novos. Como o “normal” é que os homens sejam fortes, resistentes à dor e másculos, esses estereótipos e comportamentos se tornam um padrão a ser seguido pelos praticantes.

Assim como o masculino é construído, o feminino também o é. E seguindo essa linha teórica, as pesquisadoras Vera Fernandes, Ludmila Mourão, Silvana Vilodre Goellner e Carla Lisboa Grespan, em “*Mulheres em combate: representações de feminilidades em lutadoras de boxe e MMA*”, de 2015, pautam as construções e as representações de feminilidade de lutadoras, colocando em evidência a pressão que essas lutadoras sofrem para estarem sempre demonstrando alguma marca de sua feminilidade. E como essas demonstrações são cobradas dentro e fora dos ringues (local que ocorrem as competições) e academias. As mulheres, apesar de estarem praticando modalidades esportivas tidas como masculinas, onde seus corpos acabam assumindo formas diferentes dos corpos das mulheres “normais” e mais semelhantes aos corpos masculinos, em consequência dos exercícios de força e musculação, devem se afastar ao máximo dessas características.

Na matéria intitulada “*Mulheres na luta: desafios do passado, presente e futuro nas artes marciais*”, realizada pela jornalista Jamille Bullé, em 2017, para o portal de notícias esportivas da Rede Globo, o *Sportv*, a jornalista apresenta trechos de entrevistas realizadas com grandes lutadoras brasileira, que expõe diversas dificuldades que passam no campo esportivo. Além dos preconceitos recorrentes, muitas vezes vindos de seus familiares, as atletas trazem outras questões como a falta de incentivo por parte das organizações esportivas, o número reduzido de patrocinadores, a falta de categorias para as mulheres no UFC (*Ultimate Fighting Championship*), maior franquia de MMA do mundo, assim como as dificuldades em conciliar a dupla jornada de trabalho feminina, a invisibilidade da mídia e a desigualdade salarial entre os lutadores e as lutadoras. Esses e outros obstáculos, tornam a trajetória dessas atletas marciais algo desafiador.

A dupla jornada de trabalho e a desigualdade salarial, citadas na matéria acima, é uma realidade recorrente na vida das mulheres, que após chegarem de seus trabalhos, ainda são encarregadas de fazerem as atividades domésticas e cuidar dos filhos. Ou seja, mesmo trabalhando mais horas que os homens, as mulheres continuam ganhando menos. A não divisão igualitária das atividades domésticas é um dos empecilhos que promovem, de certo modo, essas desigualdades (PISCITELLI, 2009).

Em “*Gênero no Muay Thai: uma luta dentro das artes marciais*”, Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) feito por Juliana Elias Pessina (2017) no curso de Licenciatura em Educação Física da UNESP (Universidade Estadual Paulista), as discussões são voltadas para a arte marcial de origem tailandesa. Criado também como um método de autodefesa utilizando apenas o corpo, o Muay Thai se tornou popular e uma modalidade de luta praticada em várias partes do mundo, por diferentes públicos. Os interesses de seus/suas praticantes também são variados, e vai desde se tornar um/a lutador/a profissional, como a busca pelo corpo “ideal”. As mulheres que praticam essa arte marcial também falam sobre benefícios além da perda de peso, como empoderamento feminino, autocontrole e defesa pessoal. Apesar de estar se tornando cada vez mais popular entre o público feminino, as desigualdades, os estereótipos e os preconceitos ainda estão bastante presentes nesse meio.

“ ‘Mulheres na roda não é pra enfeitar!’ *A ginga feminista e as mudanças na tradição da capoeira angola*”, obra de Camila Maria Gomes Pinheiro (2019), traz reflexões e apontamentos acerca de mulheres capoeiristas do estilo Angola, do qual a autora usa o termo “feminismo angoleiro” para definir um

“movimento de mulheres capoeiristas no qual há uma incorporação das lutas feministas no universo da capoeira, fazendo conexões entre a pequena roda onde o jogo de capoeira acontece, e a grande roda, que simula a roda da vida”. PINHEIRO, 2019, p. 83).

No artigo, Pinheiro destaca o aumento de mulheres capoeiristas e que, com o tempo, passam a ocupar lugares de lideranças dentro dos grupos de capoeira como mestras, organizadoras e que ficam à frente das rodas de gingas. Com a conquista desses espaços de lideranças, as capoeiristas assumem posições políticas que pensam e transformam as práticas da capoeira, marcando o protagonismo feminino nessa modalidade de luta. Ao falar de tais mudanças, a autora destaca que o que está em jogo são importantes mudanças em toda uma tradição da capoeira angola. Também criada como um meio masculinizado, os homens estavam sempre à frente das rodas e as regras eram constituídas a partir de pensamento e condutas machistas. Quando as capoeiristas começam a assumir esses espaços, tudo passa a ser questionado e repensado, como a hierarquia presente na capoeira e as músicas cantadas. Além disso, assim como as demais artes marciais e esportes de combate citados acima, os registros da trajetória de mulheres ao longo da história da capoeira também é escasso, ou seja, há um silenciamento da história de mulheres capoeiristas.

Seguindo o mesmo viés das demais pesquisas apresentadas, o artigo “*Corporeidade, esporte e gênero nas artes marciais e esportes de combate*”, escrito por Thabata Castelo Branco Telles (2018), apresenta um ponto muito importante para essa

discussão: a sexualização dos corpos das lutadoras femininas. Como falado anteriormente, há uma pressão para que as lutadoras demonstrem o máximo possível sua feminilidade dentro e fora das arenas de competições e dos espaços de treinamento. Dessa forma, dois estereótipos caracterizam essas lutadoras entre atraentes ou masculinizadas, onde o primeiro grupo é composto pelas lutadoras que “continuam” demonstrando comportamentos femininos, “apesar de estarem praticando um esporte masculino”, e no segundo grupo estão as lutadoras que “assumem” características físicas e comportamentais mais parecidas com as masculinas. Ambos os estereótipos seguindo as construções hegemônicas de masculino e feminino, é claro. E, baseados no mito de que os corpos femininos são mais frágeis, muitas academias de artes marciais tornam os treinos das mulheres “mais leves”, assumindo uma semelhança maior com aulas de ginásticas. Outro ponto importante é o fato das identidades sexuais das lutadoras serem questionadas tanto por homens como por mulheres, além de questionarem também sua capacidade física e profissional.

Através das pesquisas reunidas e das discussões expostas acerca das dinâmicas de gênero no campo das artes marciais e dos esportes de combate, pode-se notar os avanços que já ocorreram com a popularização dessas práticas entre o público feminino. Antes o que era restringido apenas aos homens, passou a ser frequentado, praticado e protagonizado por mulheres. Muitas mulheres se tornaram mestras e professoras de lutas, assim como estão presente também nos comitês organizacionais dos esportes de combate, mesmo que com um número bem reduzido em relação aos homens.

Assim como os primeiros estudos das teóricas feministas impulsionaram as lutas das mulheres na busca por obter direitos sociais e civis importantes, como o voto, se faz importante a continuidade de novos debates sobre as trajetórias femininas na sociedade, a dominação masculina e os padrões sociais e culturais impostos às mulheres.

6. METODOLOGIA

Visando alcançar o objetivo de refletir sobre os fenômenos sociais que podem ser observados e discutidos a partir do tema proposto, a seguinte pesquisa será de cunho qualitativo, visto que, a pesquisa qualitativa busca responder a questionamentos, que surgem a partir da coleta de dados, de maneira mais abrangente, permitindo que os/as cientistas sociais se aproximem de diferentes perspectivas acerca de um determinado assunto (BECKER, 2014).

Desse modo, será realizada a análise de sete produções textuais que falam sobre mulheres que são lutadoras de artes marciais e atletas de esportes de combate. É importante salientar que, por ser um tema de estudo, infelizmente, pouco trabalhado, a coleta do material textual será realizada por meio das seguintes plataformas digitais: Google, Google Acadêmico, o portal de notícias Combate, que tem como foco a produção de conteúdos que envolvem os esportes de lutas, pertencente ao canal de televisão Sportv, da emissora de televisão Rede Globo, e SciELO, biblioteca digital on-line.

Os materiais a serem analisados serão: *“Mulheres na luta: desafios do passado, presente e futuro nas artes marciais”*, matéria realizada pela jornalista Jamille Bullé, em 2017; *“Lutadora, pesquisadora: lugares, deslocamentos e desafios em uma prática investigativa”*, que traz os aspectos centrais da etnografia realizada por Fabiana Cristina Turelli e Alexandre Fernandez Vaz, em Santa Catarina, no ano de 2011; *“Corporeidade, esporte e gênero nas artes marciais e esportes de combate”*, trabalho realizado por Thabata Castelo Branco Telles, no ano de 2018; *“Mulheres podem praticar lutas? Um estudo sobre as representações sociais de lutadoras universitárias”*, de Marcos Antonio de Carvalho Ferretti e Jorge Dorfman Knijnik, 2007; *“'Mulher na roda não é pra enfeitar'! A ginga feminina e as mudanças na tradição da capoeira angola”*, por Camila Maria Gomes Pinheiro, no ano de 2019; *“Gênero no Muay Thai: uma luta dentro das artes marciais”*, de Julia Elias Pessina, 2017; *“Mulheres em combate: representações de feminilidades em lutadoras de boxe e MMA”*, trabalho realizado por Vera Fernandes, Ludmila Mourão, Silvana Vilodre Goellner e Carla Lisboa Grespan, em 2015.

6.1 TÉCNICA DE PESQUISA

A técnica de pesquisa que era utilizada no presente trabalho será a de pesquisa bibliográfica. Conforme Lima e Miotto (2007 *apud* GIL, 1994):

(...)a pesquisa bibliográfica possibilita um amplo alcance de informações, além de permitir a utilização de dados dispersos em inúmeras publicações,

auxiliando também na construção, ou na melhor definição do quadro conceitual que envolve o objeto de estudo proposto (GIL, 1997).

Sendo assim, a pesquisa bibliográfica a ser realizada possibilitará a análise de diversos apontamentos e colocações acerca do tema delimitado.

7. CRONOGRAMA

ATIVIDADE	PERÍODO				
	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV
COLETA DO MATERIAL PARA A PESQUISA	X				
REVISÃO DA BIBLIOGRAFIA		X	X		
ANÁLISE DO MATERIAL E ELABORAÇÃO DA ESCRITA			X	X	
APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS E REVISÃO					X

8. REFERÊNCIAS

ADELMAN, Miriam. Mulheres no esporte: corporalidades e subjetividades. **Movimento**, Rio Grande do Sul, vol. 12, núm. 1, abril, p. 11-29, 2006. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=115315943002>.

BECKER, S. Howard. A Epistemologia da pesquisa qualitativa. **Revista de Estudos Empíricos em Direito** 184. Brazilian Journal of Empirical Legal Studies. vol. 1, n. 2, jul 2014, p. 184-198.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRASIL. **Lei nº3.199, de 14 de abril de 1941**. O Conselho Nacional do Desporto estabelece às mulheres, no artigo nº 54, a proibição de práticas de desporto incompatíveis com as condições de sua natureza. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1941. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del3199.htm.

BULLÉ, Jamille. Mulheres na luta: desafios do passado, presente e futuro nas artes marciais. **Combate, Sportv**: Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: https://glo.bo/2mkQPMR?utm_source=link&utm_medium=share-bar-desktop&utm_campaign=share-bar.

CHIZIANE, Paulina. Eu, mulher...por uma nova visão do mundo. Abril: Revista do Núcleo de Estudos de Literatura Portuguesa e Africana da UFF, vol. 5, n. 10, abr. de 2013.

DORLIN, Elsa. **Autodefesa - uma filosofia da violência**. São Paulo: Crocodilo/Ubu Editora, 2020.

FERNANDES, Vera; MOURÃO, Ludmila; GOELLNER, Silvana V; GRESPAN, Carla L. Mulheres no combate: representações de feminilidades em lutadoras de boxe e MMA. **Rev. Educ. Fis/UEM**, v. 26, n. 3, p. 367-376, 3 trim. 2015.

FERRETTI, Marco Antônio de Carvalho; KNIJNIK, Jorge Dorfman. Mulheres podem praticar lutas? Um estudo sobre as representações sociais de lutadoras universitárias. **Movimento** (Porto Alegre), Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 57-80, dez. 2007. ISSN 1982-8918. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/2925>>.

GUIMARÃES, Marcos Antônio Teixeira; GUIMARÃES, Fernando Antônio Teixeira. **O caminho das mãos vazias - karatê-dô**. Belo Horizonte: Imprimatur Editora, 2002.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**; tradução de Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro – 11. Ed. – Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

LIMA, Telma CS; MIOTO, Regina Célia Tamaso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katályeis**, v. 10, n. 1, p. 37-45, 2007.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. *In*: LOURO, Guacira Lopes (Org.) *et al.* **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2ª ed., 2000.

OYĚWÙMÍ, OYÈRÓNKÉ. **A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero**; tradução Wanderson Flor do Nascimento. – 1. Ed. – Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

PESSINA, Julia Elias. **Gênero no Muay Thai: uma luta dentro das artes marciais**. 2017. 25 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura- Educação Física) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Instituto de Biociências (Campus de Rio Claro, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/156204>.

PINHEIRO, Camila Maria Gomes. “Mulher na roda não é pra enfeitar”! A ginga feminista e as mudanças na tradição da capoeira Angola. **Caminhos da História**, v. 24, n. 1 (jan./jun.2019). Disponível em: <https://doi.org/10.38049/issn.2317-0875v24n1p.82-96>

PISCITELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. *In*: ALMEIDA, Heloisa Buarque de; SZWAKO, José Eduardo. Diferenças, igualdade. São Paulo, Berlendis & Vertecchia, 2009, p. 116-148.

SEVERINO, Roque Enrique. **O espírito das artes marciais**. São Paulo: Nelpa, 2010.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, v. 20, n. 2, 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>.

TELLES, Thabata Castelo Branco. Corporeidade, esporte e gênero nas artes marciais e esportes de combate. *In*: Anais do 1º Encontro Amazonense de Psicologia do Esporte. Anais...Manaus(AM) UNINASSAU, 2018-10-22. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/I-ENAMPE/126521-CORPOREIDADE-ESPORTE-E-GÊNERO-NAS-ARTES-MARCIAIS--ESPORTES-DE-COMBATE>

TURELLI, Fabiana Cristina; VAZ, Alexandre Fernandez. Lutadora, pesquisadora: lugares, deslocamentos e desafios em uma prática investigativa. **Estudos Feministas**,

Florianópolis, v. 19, n.3, set/dez. 2011. Disponível em:
<https://doi.org/10.1590/S0104-026X2011000300013>.

WACQUANT, Loïc J. D. **Corpo e alma: notas etnográficas de um aprendiz de boxe**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. **Revista Estudos Feministas**, v.9, n. 2, p. 460-482, 2001. Disponível em:
<https://doi.org/10.1590/S0104-026X2001000200008>.